

A comunicação comunitária como caminho para a cidadania:

Comunidade, participação e educação no caso Ocupe Estelita

The community communication as a way to citizenship:

Community, participation and education in the Ocupe Estelita's case

Luana Bulcão

*Doutora em Comunicação e Cultura e pesquisadora pelo LECC (Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária) da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ).
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.*

Resumo

O presente artigo propõe pensar a comunicação comunitária como caminho para a cidadania por meio da proposta de abordagem comunicacional comunitária para a reforma urbana. A partir do caso do Ocupe Estelita, movimento social urbano de ocupação na cidade de Recife, objetiva-se discutir os conceitos de comunidade, participação, educação e cidadania. A cidadania, por sua vez, é trabalhada numa perspectiva de revisão crítica, recolocando-a na cidade para propor uma cidadania ativa, política e afetiva.

Palavras-chave: Comunicação comunitária. Cidadania. Cidade. Movimentos sociais urbanos.

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v23.ed51.2023.366>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 23, Nº 51, p.94-112, set./dez. 2023

Abstract

This article aims to think about community communication as a way to citizenship through a proposition of a community communication approach to urban renewal. In Occupy Estelita's case, an urban social movement of occupation in the city of Recife, the objective is to discuss the concepts of community, participation, education and citizenship. Citizenship, on the other hand, is worked in a perspective of critical review, replacing it in the city to propose active, political and sensitive citizenship.

Keywords: Community communication. Citizenship. City. Urban social movement.

Resumen

Este artículo propone pensar la comunicación comunitaria como camino hacia la ciudadanía a través de la propuesta de un enfoque de comunicación comunitaria para la reforma urbana. A partir del caso de Ocupe Estelita, movimiento social urbano que ocupa la ciudad de Recife, el objetivo es discutir los conceptos de comunidad, participación, educación y ciudadanía. La ciudadanía, a su vez, se trabaja desde una perspectiva de revisión crítica, situándola de nuevo en la ciudad para proponer una ciudadanía activa, política y afectiva.

Palabras clave: Comunicación comunitaria. Ciudadanía. Ciudad. Movimientos sociales urbanos.

Ocupe Estelita: um movimento pelo direito à cidade

Este artigo propõe discutir o conceito de cidadania como ponto de partida e chegada para repensar a construção e reconstrução das nossas cidades. É preciso revisitar o conceito de cidadania, aproximando-o da noção da própria cidade e da ideia de comum proposta por Muniz Sodré (2014): o comum como o lugar da vinculação e do território afetivo. Ao mesmo tempo, a cidadania ética e humana – fundamental para a emergência de uma “nova cidade humana” – é também o destino final: uma cidadania ativa, política e afetiva (PAIVA e SODRÉ, 2018). O percurso passa pela proposta de abordagem comunicacional comunitária, desenvolvida na minha tese, em que os conceitos basilares da comunicação comunitária (comunidade, participação, cidadania e educação) são utilizados para pensar a reforma e o planejamento urbano de forma mais democrática e conectada com os saberes e vivências locais.

O objeto é o Ocupe Estelita, movimento social urbano que, por meio da ocupação do Cais José Estelita, reivindicou o direito à participação nas decisões de construção e destruição da metrópole pernambucana e o direito à cidade para todas/os/es. As entrevistas que permeiam as próximas páginas foram realizadas em 2018, para a escrita da dissertação, com interlocutores tanto do Movimento Ocupe Estelita (MOE) quanto do grupo Direito Urbanos (DU). Devido às diversas dissonâncias e disputas políticas entre os dois, optou-se por não usar os nomes reais dos integrantes. Todos os nomes citados aqui, portanto, são pseudônimos escolhidos por mim ou pelos próprios entrevistados. Foram realizadas 14 entrevistas entre os dias 30 de janeiro a 5 julho, gravadas em áudio e transcritas posteriormente. Para melhor entender as disputas e mobilizações do Ocupe Estelita, é fundamental explicitar a diferença entre a causa e o movimento.

A causa do Ocupe Estelita começou em 2012 com a venda do terreno da União do Cais José Estelita para o consórcio Novo Recife. A proposta de construção de 12 torres de até 40 andares, entre edifícios de apartamento e estacionamento, chocou a sociedade civil recifense, que estava começando a fomentar discussões sobre direito à cidade, urbanização, espaço público e patrimônio. O grupo que reunia essas demandas era o Direitos Urbanos (DU), inicialmente um grupo de Facebook para discussões das temáticas urbanas da capital pernambucana, e foi o DU que organizou os primeiros “ocupes” na área externa do cais. Em 2014, no cenário de Copa do Mundo, de que Recife era uma das cidades-sede, na calada da noite e apesar do embargo do IPHAN, as retroescavadeiras começaram a demolição dos armazéns do cais Estelita. Como resposta a essa ação ilegal e com o argumento de fazer cumprir a lei, inicia-se a ocupação e, com ela, nasce o Movimento Ocupe Estelita (MOE). Essa diferenciação entre o movimento (MOE) e a causa (que se propagou por meio da *hashtag* #ocupeestelita) é importante porque expressa a divisão que se constituiu a partir de 2014.

A ocupação, apesar de, à primeira vista, ser unitária, tinha algumas divergências visíveis nas narrativas de meus interlocutores. A criação de um sentimento de pertencimento daqueles que permaneciam acampados no terreno catalisa uma deslegitimação política daqueles ditos “de fora”, ou seja, daqueles que, apesar de frequentarem as reuniões ou os eventos, não dormiam no cais. Além disso, formado em grande parte por membros de posição progressista, o MOE estava menos disposto a negociar com o poder público ou com o sistema judiciário e discordava de algumas parcerias artístico-culturais feitas pelo todo. Porém, como também foi confirmado por um dos meus interlocutores, apesar de o corpo

político ser formado pelas pessoas acampadas – que, por meio da ocupação, impunham uma barreira física e corporal à construção das torres –, é inexato desconsiderar a importância daqueles que estavam “de fora” como essenciais para a viabilidade da ocupação. A estrutura por eles construída – assistência política, negociação com a polícia, disputa judicial para garantir a legalidade da permanência, doação de mantimentos – foi crucial para garantir a permanência no Cais José Estelita.

Durante esse período da ocupação, a área foi revitalizada culturalmente por meio de uma série de protestos e “ocupões”, que consistiam em apresentações musicais, palestras, oficinas de circo, arte e música, aulas públicas, atividades para crianças e, ainda, a constante integração da ocupação com as favelas do entorno. Além disso, a partir do apoio de cantores, compositores, cineastas, escritores, artistas plásticos, fotógrafos – que contribuíram com shows, filmes, artes visuais, liberação de direitos autorais, cachês e renda da venda de produtos –, o movimento ganhou visibilidade, repercussão nacional e internacional e conseguiu romper com o silêncio imposto pela imprensa pernambucana, que se negava a divulgar o movimento ou o fazia em pequenas notas. Ademais, o Ocupe Estelita fomentou um debate sobre a cidade e o direito a ela, as formas de ocupação do espaço públicos; além disso, escancarou os processos políticos irregulares de apropriação e privatização das áreas públicas. Beatriz, integrante do MOE, disserta sobre o antes e depois da causa do Estelita:

Acho que nunca antes se discutiu tanto sobre cidade, sobre direito à cidade como depois do Estelita, sabe? Mas o Estelita não inventou esse debate, não foi o Estelita que trouxe esse debate. Esse debate já vinha sendo pautado há décadas e décadas, movimentos de moradia, por organizações de direitos humanos, outros movimentos sociais, mas o debate com eles ficava restrito a um círculo (...), muito porque as pessoas que faziam esse debate eram pessoas, enfim, negras, pobres, empobrecidas na verdade, então não era uma opinião muito ouvida. E aí vem o Estelita falando de uma coisa que já vinha sendo falada, só que, como era formado, era um movimento formado, pela sua maioria, por pessoas classe média, universitária, no geral brancas, são pessoas que são ouvidas. Então esse movimento conseguiu amplificar aquele debate, ampliar aquele debate pra cidade do Recife, pro estado, pro Brasil e pro mundo (BEATRIZ, MOE).

A ocupação acabou em 10 de julho de 2014, mas a causa persistiu por anos, chegando a organizar eventos de Ano Novo (Reivellita), Carnaval (com o bloco “Empatando a tua vista”) e o comemorativo de cinco anos da ocupação em 2017. Uma das questões que motivou o desenvolvimento da pesquisa e que entrou no roteiro de perguntas das entrevistas era se o movimento tinha sido vitorioso. As respostas eram sempre incertas, mas a maioria apontava para um sentimento de vitória, mesmo que parcial, já que o próprio atraso na implementação do projeto e construção das torres – na época de três anos – era um indicativo de êxito. Contudo, muitos interlocutores apontaram que a vitória, mesmo que parcial, não se

devia apenas ao Ocupe Estelita, uma vez que, com a Lava Jato, em 2014, inúmeras empreiteiras foram investigadas, inclusive construtoras que faziam parte do consórcio Novo Recife. Vladimir (MOE) traduz o sentimento:

Ao mesmo tempo, de certa forma, a gente conquistou um objetivo da gente, a gente conseguiu barrar o Novo Recife, né. Claro que não foi só a gente, não pode colocar só a gente como agente, como único agente responsável por isso, porque, ao mesmo tempo, começou a rolar a Lava Jato, né? E a Queiroz Galvão tava envolvida, a Moura Dubeux, ao mesmo tempo, começou a entrar numa crise empresarial. Enfim, o Novo Recife ainda não tá lá, né, mas, ao mesmo tempo, vale ressaltar, sabe, o Ocupe Estelita também. Ele passou por um processo de mudança, que foi de barrar o Novo Recife, sabe, pautou a discussão de um modelo da cidade pra toda a cidade, fez isso permear o cotidiano dessas pessoas e discutiu também a finalidade daquela área, né (VLADIMIR, MOE).

Em 2019 a demolição do Cais José Estelita foi concluída, e a vitória completa pelo capital foi decretada. Ainda houve uma segunda tentativa de ocupação na área externa, mas foi frustrada porque a estrutura se encontrava condenada e apresentava perigo à integridade física dos ocupantes. Hoje, na vista aérea do viaduto, já é possível visualizar três prédios praticamente finalizados e um quarto de estacionamento. A altura ainda assusta e impressiona os moradores recifenses não acostumados com essa dimensão vertical no centro da cidade. Os integrantes do Ocupe Estelita afirmam que não é mais possível conduzir as reformas urbanas da forma como eram antes do Estelita, quase como se ele marcasse um sentido de “basta” de parte da população, que não aceitava mais a cidade sendo roubada pelas construtoras. Para além disso, o movimento demonstrou o que a sociedade civil pernambucana é capaz de alcançar quando organizada, a potência do coletivo e da disponibilidade de se responsabilizar pelos outros e pelo seu próprio território.

Uma abordagem comunicacional comunitária para a reforma urbana

Como propor uma abordagem que inclua questões políticas, sensórias e afetivas aos projetos de transformação urbana? Propõe-se uma abordagem que atravessa a comunicação comunitária como uma alternativa para pensar as cidades por outras lentes. Para isso, as reflexões de Raquel Paiva (2003) no livro *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo* são precípuas. Paiva (2003) disserta sobre a comunicação comunitária a partir das perspectivas teóricas sobre comunidade, abordando as transformações causadas pelas novas mídias no processo de globalização e diluição de fronteiras. Partindo da compreensão das diretrizes que deveriam guiar os veículos comunitários, a autora aponta três

características: valorização da cultura local, fomento da participação da população e promoção da educação.

Ademais, considerando que as cidades são espaços da “multiplicação dos papéis, da separação, da crise da identidade” (p. 78) e, ainda, lugares da política, capazes de promover a associação da heterogeneidade e incentivar relações de caráter corporativo, Paiva (2003) aponta a necessidade de se conceituar a comunidade contemporaneamente. E, no mesmo sentido, é fundamental abordar as ideias de participação, cidadania e educação, temas fundamentais para a comunicação comunitária e, por conseguinte, para a fundamentação da noção aqui proposta de comunicação comunitária.

Comunidade e território

A ideia de comunidade tem causado controvérsia aos longos dos anos, com oscilações entre o sentido idealizado, absoluto da comunidade – geralmente referenciadas as comunidades pré-capitalistas – e as tentativas de pensar modelos de comunidades que possam existir na contemporaneidade. Yamamoto (2013), nesse sentido, indica duas perspectivas: a substancialista, da qual parte uma concepção essencializada em que os indivíduos são vistos como subjetividades pré-constituídas ou fundidas em um ser maior; e a dessubstancialista, que pressupõe a relação de compartilhamento. Esposito (2010) propõe a palavra latina *communitas* para designar essa segunda perspectiva.

Communitas seria derivada dos radicais *cum* e *múnus*: *cum* representa a presença inevitável do Outro, e *munus* se desdobra em três significados, *onus*, *officium* e *donum*. Essas três palavras relacionam os sentidos de “dom” e “dever”; *munus*, então, traduz um “dom” que se oferece, não que se recebe, e, por isso, está intimamente ligado à ideia de “dever”. Ou seja, *communitas* é o conjunto de pessoas unidas pela falta; não pela propriedade, mas pelo dever ou dívida. Seria, portanto, essa falta constitutiva que fomentaria o vínculo comunitário no caso do Ocupe Estelita, associado tanto ao fazer (construir) quanto ao território. Jorge, membro do MOE, coloca essa característica do dever da seguinte maneira:

Quem tava ali naquele espaço tava dando tudo de si, e eu acho que sentia aquilo de volta da pessoa que tava construindo aquele lugar (JORGE, MOE).

É como se fosse uma grande casa, uma vivência coletiva, então você tem que dar o seu melhor esperando que o seu colega também dê o seu melhor pra poder as coisas funcionarem bem (JORGE, MOE).

Muniz Sodré (2014) define o ato comunicacional: comunicar é a ação de sempre instaurar o comum da comunidade como vinculação. Esse vínculo não é algo físico ou institucional; é puramente uma abertura

na linguagem. Portanto, para Sodré (2014), o tripé da comunicação estaria ancorado na comunidade (ou espaço simbólico), na vinculação (no sentido de força do local) e no comum. Dessa forma, toda comunicação necessitaria de um vínculo estrutural e originário estabelecido pela constituição do comum e pela matéria sensível ou *philia*. A *philia* redefiniria o “comum” como “próprio”, no sentido de vizinho, territorialidade e proximidade. Então, o autor conclui que existe uma referência ao lugar/território na ideia de comunidade, lugar como o solo de origem, dimensão que, sendo exterior ao indivíduo, o impele a uma entrega incondicional, à fatalidade do vínculo.

O Ocupe Estelita, por algum tempo, usou a frase “o Recife inteiro é um grande Cais José Estelita” nas suas peças de divulgação. A frase, descobri depois, era de uma música composta durante a ocupação, uma espécie de funk, que traduzia o sentimento afetivo e representativo do cais para a causa e para a cidade. O Recife era um Cais Estelita porque as suas mazelas, especulações e verticalização transpareciam ali, mas o cais também retratava a memória afetiva construída das lutas e ocupações, a resistência aos avanços do capital. Simbolizava o território no sentido exposto por Sodré (2014). Isso posto, Ramona, integrante do MOE, explica um pouco desse simbolismo do Cais Estelita:

A gente não tava ali só por causa do território, daquele lugar específico, mas pelo que a gente queria falar sobre. O que que a gente queria falar de direito à cidade, o que que a gente queria falar, o que que vai acontecer com o cais sem aquelas 13 torres (RAMONA, MOE).

O ser-em-comum, portanto, se manifestaria como o termo capaz de contornar o funcionalismo da comunidade. Raquel Paiva (2003), pensando na sociedade urbana atual, seu individualismo, seus processos de exclusão e nas suas hierarquias, alvidra uma base para pensar um projeto comunitário a partir da perspectiva do ser-em-comum. É necessária a perspectiva da alteridade, da relação com o Outro, de uma decisão política de permitir “nossas alteridades existirem juntas como comunidade e história” (PAIVA, 2003, p. 82).

Paiva (2003) destaca algumas abordagens correntes para o conceito de comunidade: o objetivo aqui não é explicitar as diferentes interpelações desenvolvidas ao longo dos anos, mas sim focar na perspectiva ecológica, que pensa a comunidade como um conjunto, um grupo de indivíduos em um local determinado, cujo interesse persiste sendo a sobrevivência do coletivo. Nesse sentido, Paiva (2003) infere o conceito de comunidade como uma crítica à lógica racionalista, individualista e alienadora da sociedade iluminista e, posteriormente, capitalista. O capital objetiva anular o espaço pelo tempo, buscando

dissolver, através dos meios de transporte e da comunicação, as fronteiras de mercado, constituindo um grande mercado global. Ao mesmo tempo que torna as divisas porosas, o capitalismo propaga sua ideologia desterritorializante dos livres fluxos de mercadorias e culturas, em uma tentativa de padronizar as subjetividades, as expressões culturais, os espaços, as formas de ser e existir.

Richard Sennett (2014) disserta, em *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*, sobre a relação do corpo com a cidade, sobre a forma como a carne marca a construção das urbes, ao mesmo tempo que as subjetividades são afetadas e alteradas pela pedra. Sennett (2014) também destaca como os espaços, ao longo das épocas, são instituídos para tolher os sentidos humanos e causar uma passividade nos corpos. A transferência geográfica das pessoas, potencializada pela experiência física da velocidade, produz como efeito o enfraquecimento dos sentidos e a transformação do espaço urbano em borrão do cotidiano.

A comunidade, então, diante desse cenário tecido por Sennett (2014), seria o que acontece quando sujeitos que estariam encerrados em si mesmos (fechados) se inclinam, se dispõem, se colocam em relação. Ou, nas palavras de Paiva (2003, p. 82), “é o nós que acontece enquanto ser-juntos da alteridade”. Sendo assim, as cidades poderiam ser espaços comunitários? Na lógica predominante do individualismo e do neoliberalismo, conseguiriam os espaços fomentar a relação com a alteridade?

Nessa perspectiva, as práticas dialógicas ou o ato de “falar com estranhos”, como coloca Sennett (2018a), são fundamentais para a constituição da comunidade e, principalmente, das cidades. Bakhtin (1997) afirma que o conhecimento é sempre dialógico e a fala, um fenômeno sempre social. A heteroglossia seria o discurso dialógico permeado por linguagens socioideológicas do presente e passado, atravessado por tendências, ambiguidades e hesitações. A comunicação com estranhos, dessa forma, é comumente permeada de incertezas e inseguranças, principalmente em um contexto urbano metropolitano em que o Outro representa aquilo capaz de nos afetar, onde o desconhecido gera medo e desconfiança. Por esse motivo, Sennett (2018a) correlaciona a habilidade de lidar com as diferenças a uma potência ética civilizadora.

Nesse sentido, é interessante observar os contrastes entre o espaço da comunidade (território) e o espaço do capitalismo. Enquanto o espaço da comunidade tem valor afetivo e coletivo, o do capital é individual e nasce de uma relação de cima para baixo, estimulada pelo medo do contato e pela

marginalização da diferença. Pensando em uma cidade para pessoas, Jan Gehl (2015) constitui, em seu livro, uma caixa de ferramentas para arquitetos e urbanistas repensarem as metrópoles e seus fluxos. Entre as diversas alternativas para alcançar o objetivo de uma urbe mais humana, o caminhar, a constituição de espaços verdes e o uso da escala humana são os que se destacam. Mas, antes de implementar qualquer uma dessas técnicas apontadas por Gehl (2015), é preciso fomentar a *participação popular* nos projetos de reforma dos espaços da cidade. É preciso ouvir as pessoas que frequentam, vivem e trabalham nesses lugares.

Participação

Cícilia Peruzzo (2004), em seu livro *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*, aponta que a participação plena ou mais atuante é um problema histórico brasileiro, uma vez que nos foi negado, desde o período colonial, o avanço nessa questão. Nós acabamos substituindo a lógica da participação pela do autoritarismo e da delegação de poder, nos omitindo de assumir o controle e até mesmo a corresponsabilidade na resolução de problemas. A delegação do poder subtrai o espaço da comunidade ao mesmo tempo que transfere para um único indivíduo a responsabilidade coletiva.

A participação, portanto, não é algo dado; precisa ser reivindicada e construída, é algo que está intimamente relacionado à democratização da sociedade. Nessa perspectiva, Sennett (2018a), tratando da questão do planejamento e das transformações urbanas, trabalha com a ideia do “vínculo pelo fazer”, em que a coprodução e cooperação atuam em conjunto objetivando o envolvimento e a participação de uma comunidade não apenas no processo da decisão, mas também da própria construção. Para isso, o autor aventa a coprodução como alternativa à passividade da consulta. Segundo ele, o modelo da “consulta” na comunidade geralmente envolve um departamento de planejamento que determina o “como” e o “onde” algo será edificado; à população cabe o desacordo e a insatisfação, já que, mesmo quando as ideias e objeções são “levadas em conta”, as autoridades findam por fazer exatamente o planejado desde o início.

Os integrantes do DU afirmavam que, com o desenvolver das discussões sobre o Projeto Novo Recife, a percepção era cada vez mais clara de que o problema não eram apenas as 12 torres ou esse empreendimento específico, mas sim a lógica autoritária que se escondia no discurso do capital imobiliário. Marcos, professor da UFRPE e integrante do grupo Direitos Urbanos, coloca:

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v23.ed51.2023.366>

A gente tava muito nessa ideia do coletivo, da radicalização da democracia no processo de fazer e de usufruir do que você faz. Então, assim, nessa ideia do processo, da participação real, efetiva, radical na construção, seria isso e também na questão da mistura, da cidade como o lugar onde isso se concretiza, essa democracia máxima e tal (MARCOS, 2018).

Portanto, a noção de participação plena estava no horizonte – mesmo que utópico – da ocupação. Para além disso, existia um constante exercício de questionamento a respeito de que lutas, que desejos, que ideais cabiam no cais. Ao mesmo tempo, muitos entrevistados colocaram a questão da urgência do agora, da reação ao conflito que movimentava a causa nas disputas mais institucionais no judiciário ou na mídia. Porém, o debate urbano precisa de continuidade, e a participação no planejamento, construção e reconstrução das urbes é algo que precisa ser constantemente estimulado e exercitado, como coloca Pedro:

Eu acho que um dos grandes problemas também é esse, uma falta de organicidade, de você ter um processo permanente e contínuo, né? A dimensão conflitual sempre é o termômetro, no fim das contas, desse modelo de organização, mas, se você não tem algo pra aquecer o conflito, você não tem a mobilização dessas pessoas. As pessoas acabam dissipando a energia delas em outros processos, e o processo de disputa e debate sobre a cidade, ele precisa ser um processo permanente. Então, se você não tem um foco de ação comum, concreta ou de um debate permanente, não existe, né? (PEDRO, 2018).

O Ocupe Estelita alterou as dinâmicas de participação na capital pernambucana a curto prazo, mas, como Pedro (DU) expõe, os conflitos na e sobre a cidade precisam de atenção e mobilização constante. A pressão popular durante o período da ocupação conseguiu pressionar a prefeitura a propor um redesenho do projeto. É bem verdade que o redesenho pouco alterou o cerne excludente e elitista do Novo Recife. No final, os espaços de participação propostos pelo poder público estavam mais próximos de uma participação manipulada.

Sennett (2018a) destaca que a própria disposição física das reuniões e assembleias de consulta trabalha contra o envolvimento e a ação da população. A tribuna elevada transmite a ideia de hierarquia e poder, as fileiras de cadeiras transformam o público em mero espectador e audiência, as maquetes apresentadas são expostas sempre acompanhadas da máxima “olhar, mas não tocar”. Para mais, a participação pode ser controlada e/ou limitada; ou seja, sua execução depende do interesse dos detentores do poder, que podem utilizá-la para legitimar a ordem vigente e restringir seu alcance, de forma a não interferir na estrutura preconcebida. Por vezes, o envolvimento da população pode ser manipulado, “usando-se o grupo social como massa de manobra para angariar popularidade e legitimação política” (PERUZZO, 2004, p. 80).

Como solução para essas questões, Sennett (2018a) aponta algumas técnicas de coprodução que consideram o valor ético do comum, envolvem a utilização de outros sentidos para além da visão, destacam a sociabilidade como alternativa aberta ao outro e a importância da valorização dos saberes e opiniões da comunidade. Para a construção de uma sociedade mais cooperativa, Sennett (2018b) propõe o uso da conversa dialógica, cujo objetivo é o próprio processo de compreensão dos outros pontos de vistas e a ampliação do entendimento de forma recíproca.

Mesmo com os mecanismos e ferramentas certos, como estimular a participação da população no planejamento urbano? Talvez dois pontos sejam um bom início para essa caminhada. Primeiro, por meio do entendimento de como esse tipo de reforma afeta a vida de cada um dos habitantes e de como essas mudanças – que parecem por vezes isoladas – são parte de um projeto político de cidade. Segundo, desmantelando a falácia de que a única alternativa ao “problema” de determinado espaço é por meio das iniciativas individualistas do capital. Contudo, como fazer isso? Por meio de uma *educação*, no sentido freiriano, do que é o direito à cidade e de quais são as ferramentas para o seu exercício.

Educação para cidadania

Cicilia Peruzzo (2000), no texto “Comunicação Comunitária e educação para a cidadania”, analisa a interface da comunicação comunitária como ferramenta para difusão da educação e, assim, conquista da cidadania. A partir dessa lógica, Peruzzo (2000) interconecta as ideias de ação política, educação, comunicação e cidadania. A cidadania, então, se colocaria numa perspectiva histórica, sendo necessária a constante inquietação sobre a quem é possível exercer plenamente a cidadania.

Nesse sentido, Freire (1970) versa sobre a educação como uma situação gnosiológica, baseada numa relação cognoscente dialógica. O sujeito pensante só realiza a comunicação na coparticipação, uma vez que ela não existe sem o diálogo, sem reciprocidade. Portanto, a comunicação é diálogo e não pode ser pensada em meros termos de transmissão de saber, mas sim de encontro entre “sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1970, p. 69).

Paulo Freire (1970) entende o ser humano em uma relação dialética com o mundo, de forma que ele deve ser visto em constante interação com a realidade, na qual ele sente, percebe e sobre a qual também exerce uma prática transformadora. É a partir dessa relação dialética que o autor discute a educação como um processo de constante libertação do sujeito. Uma das preocupações de uma educação

que se pressupõe verdadeiramente humanista deve ser o aprofundamento da autorreflexão de seu tempo e espaço pelo indivíduo. A autorreflexão é o primeiro passo para a tomada de consciência da realidade e de seu papel enquanto sujeito ativo inserido na História.

A conscientização não deve ser um esforço de caráter individualista ou intelectualista, e sim social. A tomada de consciência, por ser proveniente e consequência da defrontação com a realidade concreta, jamais pode ser neutra; igualmente, jamais pode ser neutra a educação. Com esse objetivo, Paulo Freire (1967), em seu livro *Educação como prática para a liberdade*, delimita o esboço inicial para o seu método de alfabetização. Pensando a alfabetização ligada à democratização da cultura e conectada com a visão do ser como sujeito, e não paciente do processo, Freire (1967) elabora uma metodologia apoiada em um método “ativo, dialogal, crítico e criticizador”, cuja intenção é uma nova proposta para o conteúdo pragmático educacional (p. 107).

O conceito de cultura, para Freire (1967), é o ponto de partida para o seu processo educacional. A cultura seria o resultado da ação ativa do homem na sociedade; seria, portanto, o esforço resultante do seu trabalho de criar e recriar o mundo e a realidade nos quais está inserido. É fundamentado nesse princípio que o educador esboça imagetivamente “situações-limites” codificadas. Incorporando o visual e a arte ao seu processo educativo, Freire (1967) convida Francisco Brennand – importante ceramista e artista pernambucano – para pintar essas situações. O propósito era retratar cenas da realidade cotidiana que, uma vez decodificadas, gerariam discussões críticas sobre esta realidade experienciada por esses sujeitos.

Freire (1987) reflete que, para alcançar a humanização, são primordiais o desaparecimento e a superação de “situações-limites” que coloquem os indivíduos em posição coisificada. É preciso, portanto, a inserção desse sujeito na sociedade de forma plena: nos locais de decisão política, na comunicação enquanto agente produtor e disseminador de informação e conhecimento e no acesso a condições básicas de saúde, moradia e transporte.

Paulo Freire (1987), em *Pedagogia do oprimido*, desenvolve a reflexão iniciada no livro *Educação como prática para a liberdade* no sentido de propor uma pedagogia que coloque o indivíduo – nesse caso, o “oprimido” – como sujeito ativo e consciente da história, dotado dos próprios saberes e capaz de elaborar seu próprio percurso educativo. Com esse objetivo, Freire (1987) coloca no cerne da educação e da comunicação a questão do diálogo, que compreenderia o encontro dos seres, não se esgotando na relação

eu-tu. Para o autor, o diálogo é amoroso e esperançoso, se exerce em um relacionamento horizontal e é repleto de fé nos indivíduos e na sua capacidade de fazer, refazer e criar.

A educação autêntica, então, não é realizada de “A” para ou sobre “B”, mas sim de “A” com “B” em ação de colaboração e coparticipação. Adequando as reflexões freirianas para pensar uma abordagem comunicacional comunitária para o urbanismo e a transformação de cidades, é possível inferir que a educação dialógica, amorosa e esperançosa ocupa lugar fundamental tanto por incluir no pensamento urbano uma perspectiva afetiva e sensorial quanto por objetivar uma relação de participação horizontal, em que o outro seja sujeito ativo e possa ser ouvido pela sua própria experiência e vivência da metrópole.

A educação freiriana, então, se colocaria como cardeal tanto para os urbanistas e planejadores urbanos quanto para os habitantes afetados. Os primeiros precisam descer do salto da ciência e da linguagem técnica, aprendendo a incorporar os saberes práticos e cotidianos de quem desenvolveu um conhecimento corpóreo e afetivo do seu território. Por outro lado, os segundos precisam se tornar sujeitos ativos da sua própria história, entendendo a importância de se envolverem nos processos de transformação urbana que acontecem no próprio quintal, retomando o poder e o direito que lhes cabe de desejar, fazer e construir as cidades de acordo com seus próprios desejos e anseios.

Nesse sentido, a educação proposta por Paulo Freire se coloca como caminho para o exercício da participação e da cidadania. A educação é também ferramenta utilizada por movimentos sociais urbanos no desenvolvimento da conscientização nos processos urbanos predatórios e na informação dos direitos e deveres do cidadão inserido na metrópole. O grupo Direitos Urbanos e o Ocupe Estelita foram movimentos que atuaram no fomento da discussão das temáticas relacionadas ao direito à cidade, questionando os processos de participação e o acesso à informação nos projetos a serem implementados em Recife. Ou, como Pedro – integrante do DU e atuante nas lutas por moradia – coloca, é colocar o “porquê” na cabeça das pessoas:

Tipo, o que é que sustenta que a gente viva numa cidade que tenha tanto imóvel vago, que tenha tanto terreno abandonado, enquanto a galera ainda vive em palafita, uma forma de moradia que remete ao século XVIII, né? Enquanto a galera quer achar que tá morando em Dubai ou em Nova Iorque por outro lado. É essa dimensão do discurso e dessa contradição absurda que essa frase representa¹ e que eu acho que o Estelita foi simbólico em conseguir tornar público pra todo mundo, né? Por que tem que ser prédio pra rico ali, né?

¹ A frase é “o Recife inteiro é um grande Cais José Estelita”

Por quê? Colocar esse “porquê” na cabeça das pessoas e não dizer qual é a resposta de forma muito evidente, eu acho que também é uma potência enorme assim que o movimento teve, sabe? (PEDRO, 2018).

Os movimentos promoveram o debate em relação à ocupação do espaço urbano (voltado para o automóvel), a descaracterização do Carnaval (com o excesso de camarotes em praças públicas), aos processos de participação (assembleias públicas, plebiscitos), à privatização do espaço público (construção do shopping Rio Mar e da Via Mangue), entre outros (Cf. BULCÃO, 2019). A importância desse tipo de mobilização se dá principalmente pela informação da população sobre os problemas, causas e consequências de uma urbanização capitalista predatória, pelas ferramentas passíveis de serem utilizadas para o seu combate e pela atualização do sentido de cidadania na práxis cotidiana.

Reescrevendo a cidadania na cidade

Yamamoto (2014), em seu artigo “Pensar a cidadania a partir da comunicação”, disserta sobre a necessidade de uma revisão histórica e conceitual sobre cidadania porque a noção corrente estaria esvaziada do vínculo entre os cidadãos no conjunto da comunidade. Além disso, esse conceito faz referência a importantes objetos comunicacionais, como o acesso à informação, o direito à livre expressão, a própria ideia da democratização da comunicação, entre outros. Ao mesmo tempo, a concepção atual de cidadania encontra-se relacionada à ideia capitalista do individualismo e da propriedade privada, estando restrita à lógica do consumo e, portanto, disponível para poucos.

A inclinação da cidadania ao consumo não é obra do acaso; ela é estimulada e redesenhada em cada projeto de transformação de espaços públicos/comunitários em templos para o consumo. Ela é ratificada e ressurgue em cada processo de gentrificação e reforma urbana implementado sem participação popular. As cidades muitas vezes negam a vivência de determinados espaços a seus habitantes, espaços propositalmente esquecidos, esvaziados, degradado; espaços sem segurança, sem iluminação, sem aparente atrativo algum.

Esse é um ponto crucial para os integrantes do Ocupe Estelita. Todos eles colocam a área do Cais José Estelita como um espaço negado à experiência da população: um terreno imenso, público, fechado por muros, em frente a uma via expressa, sem arborização ou espaços de permanência e convívio. Isto talvez tenha sido uma das ações mais revolucionárias do movimento: devolver – mesmo que temporariamente – aquele espaço a sua população, transformando-o em lugar afetivo. As mobilizações durante a ocupação demonstraram a força do comum e a potência da sociedade civil para ocupar espaços,

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v23.ed51.2023.366>

propiciar lazer e cultura para todas/os/es. Algumas falas de integrantes do grupo Direitos Urbanos traduzem esse sentimento:

Acho que uma das coisas que era muito forte, assim, quando se entrava no cais, era isso assim. Todo mundo se impressionava com a imensidão daquele lugar, ninguém imaginava que era daquele tamanho, daquele jeito, assim, e eu acho que o cais representa isso. De o quanto é possível fazer outra cidade. Não precisou erguer nenhum prédio ali pra aquele espaço ser um espaço dinâmico, revitalizado, seguro, etc. Eu acho que assim, foi um espaço de tornar possível essas utopias também da cidade (PEDRO, DU).

Desejos de poder viver aquele lugar, de poder tá de boa, de poder fumar um, de poder, enfim, de curtir aquele lugar pela beleza e pelo atrativo que ele tem. É isso, não tinha antes do Ocupe, não tinha relação de vivência, mas tinha um desejo, um imaginário grande que eu acredito que o encanto que ele desperta em muita gente é exatamente dessa mesma questão. De muita gente ter desejado viver aquele lugar pela beleza dele (MARCELA, DU).

A ocupação do cais propiciou uma retomada sensível e política daquele lugar negado a todos pelo descaso do poder público. É exatamente nesse sentido que Paiva e Sodré (2017) propoem a concep o de uma “nova cidade humana” relacionada a um novo conceito de cidadania que contemple uma apropria o ativa, política e afetiva do espaço urbano. Os autores apontam uma cidadania consumidora associada a um cidadão passivo cuja sociabilidade se realiza por meio do consumo, e não da política. Muniz Sodré (2014) disserta sobre a nova forma de vida permeada pela m dia, denominando-a bios midiático. O objetivo desse bios seria estabelecer uma nova esfera afinada com o capital, na qual os desejos se manifestem por meio do consumo e na qual a cultura se torna mais uma forma de distribui o de mercadorias. No bios virtual, portanto, o *ethos* humano   relegado a uma  tica telecomandada, na qual o indivíduo   esvaziado da experiência e da singularidade, da vontade, da escolha criativa e da partilha simbólica, ou seja, de tudo aquilo que lhe confere sentido.

Yamamoto (2014), nesse sentido, aponta para quatro no es históricas importantes para uma cidadania  tica e política. Seriam elas: o pertencimento, associado a uma circunscri o da atividade humana a um local ou território; a autonomia, que conecta o sujeito ao direito natural de ser livre; a resistência, relacionada à ideia de “cuidado de si”; e a responsabilidade, apontada como a característica primordial, que inclui o fora, o outro, a alteridade.

Ser cidadão, portanto, antes de qualquer outra coisa, pressupoe ser responsável por outros, constituindo na minha exterioridade o caráter democrático da cidadania. Em outras palavras, Paiva e Sodré (2017) afirmam que a ideia de cidadão está profundamente ligada   unidade estabelecida pelo vínculo ou *philia*, cujo significado também se refere ao território e   identidade coletiva. Sodré (2019) ainda reforça

que, para qualquer indivíduo da “periferia colonizada” do mundo, a redefinição da cidadania passa obrigatoriamente pelo “remanejamento do espaço territorial” em toda a sua significação (p. 20). Ou seja, a conceituação de cidadania precisa incluir tanto o território construído a partir da identidade coletiva quanto o entendimento dos processos de desterritorialização e desenraizamento provocados pela ação do capital sobre a cultura e a identificação dos sujeitos marginalizados.

Por conseguinte, a conceituação de cidadania precisa transitar também pelo lugar em que esse sujeito se insere, onde ele se relaciona e constitui história: a própria cidade, com suas ruas, ambientes de coexistência e exclusão. A noção de humanidade precisa estar atrelada à cidade, incluindo a perspectiva de mobilidade (interligada ao fundamento da autonomia do cidadão) e igualdade urbanística dentro das metrópoles. Para tanto, o conceito de direito à cidade por David Harvey (2014) parece profícuo à discussão.

Harvey (2014) afirma que o direito à cidade se relaciona com o tipo de pessoas que queremos ser, com qual tipo de relações sociais desejamos cultivar. Portanto, o direito à cidade é um direito coletivo de pensar e repensar a cidade de acordo com as nossas mais profundas vontades. Ou, ainda, “reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas” (p. 30).

Nesse sentido, o livro de Thomas Tufte (2017) *Communication and Social Change: a Citizen Perspective* aborda pontos interessantes. Tufte (2017) avança um modelo comunicacional baseado na teoria da libertação freiriana que considera os problemas ocasionados pela globalização transnacional, pelo surgimento e expansão das novas mídias e novos governos. O intuito é esboçar uma ativa participação cidadã no desenvolvimento e implementação de estratégias de mudança social de forma dialógica a partir de uma comunicação que se realize de baixo para cima. A comunicação para mudança social, portanto, pressupõe um intenso envolvimento das comunidades e da sociedade civil em perspectivas comunicacionais não hierárquicas.

Para isso, Tufte (2017) reitera a necessidade de uma nova abordagem comunicacional para as questões sociais em que estejam abarcados processos de empoderamento, agência e ação coletiva. Essa forma de interpelação estaria ancorada em quatro componentes principais, relacionados a diferentes compreensões da comunicação, das mídias, das mudanças sociais e da agência e governança. Primeiro, a

comunicação deve estar apoiada em um entendimento holístico e ecológico. Segundo, a mídia é enxergada como profundamente envolvida nas configurações sociais e espaciais. Terceiro, a mudança social é assimilada por meio de um ponto de vista crítico em relação ao etnocentrismo, sendo por isso um desenvolvimento não linear, complexo e inacabado. E a quarta e última associa-se à noção de um governo sustentável e de baixo para cima.

O que é fundamental, portanto, nessas propostas é o resgate da sua relação inicial ao território e a vinculação de seus sujeitos a esse espaço afetivo e geográfico, mas também uns aos outros. É o reestabelecimento de uma cidadania inspirada por uma participação ativa democrática, em que seus cidadãos e cidadãs possam ativamente opinar na criação e na reconstrução de seus próprios lugares, vizinhanças, bairros e cidades. É a inclusão do sensível e do sensório no pensamento e planejamento das cidades, pois nossas urbes nos afetam não apenas subjetivamente, mas também em nossos sentidos e nossas respostas afetivas e emotivas a seus espaços. Além disso, que seus cidadãos, cidadãs, planejadores, gestores, arquitetos e urbanistas possam coproduzir, em cooperação, urbes mais humanas e éticas. É o sentido da alteridade acima da individualidade e da responsabilidade com o nós, e não do “eu”.

Luana Bulcão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8057-747X>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ

E-mail: luanabulcao@hotmail.com

Recebido em: 12 de junho de 2023.

Aprovado em: 25 de agosto de 2023.

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v23.ed51.2023.366>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 23, Nº 51, p.94-112, set./dez. 2023

Referências:

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BULCÃO, Luana. **“Onde queres Dubai sou Pernambuco”**: entre reminiscências e prospecções futuras do Ocupe Estelita. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ESPOSITO, Roberto. **Communitas: the origin and destiny of community**. Stanford: Stanford University Press, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. **Cidadania, mídia e direitos sociais**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte, Minas Gerais, 06 a 09 de junho de 2018.

PERUZZO, Cicilia Krohling. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Comunicação e Sociedade 2**, Cadernos do Nordeste, Série Comunicação, v. 14, n. 1-2, p. 651-668, 2000.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

_____. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro: Record, 2018a.

_____. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Rio de Janeiro: Record, 2018b.

SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

TUFTE, Thomas. **Communication and social change**: a citizen perspective. Cambridge: Polity Press, 2017.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. O conceito de comunidade na comunicação. **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e cidadania, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 438-458, maio-ago. 2014

_____. **A questão da comunidade na era da midiatização**: crítica e ontologia. 2013. 294f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial (CC-BY-NC 4.0), que permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.